

A evolução do produto nacional bruto em Portugal, 1850-1910 — algumas estimativas provisórias

0. INTRODUÇÃO

A polémica em torno dos níveis e dos ritmos de crescimento económico em Portugal, no período que vai de meados do século XIX até ao advento da primeira guerra mundial, longe de estar superada, parece ganhar entre a comunidade de historiadores e economistas portugueses novos contornos, à medida que novos dados e novos métodos são propostos e discutidos.

A base de que se parte tem-se revelado insuficiente e pouco esclarecedora. O cunho marcadamente qualitativo e impressionista da maior parte dos dados — correntemente mal construídos e parcelares — tem permitido extrair resultados nem sempre concordantes e por vezes contraditórios.

Este artigo pretende apenas apresentar os primeiros resultados de um projecto de investigação mais global, cujo objectivo é o de contribuir para um melhor conhecimento daquele problema, recorrendo a três perspectivas metodológicas centrais:

- Uma que decorre da preferência dada à quantificação dos indicadores do crescimento económico, ainda que se trate de estimativas, ordens de grandeza ou valores relativos, sempre sujeitos a uma margem de erro julgada razoável;
- A segunda perspectiva relaciona-se com a necessidade de avaliação e crítica dos resultados quantificados obtidos, à luz do confronto com outras informações qualitativas e quantitativas;
- A terceira perspectiva conduz ao confronto dos indicadores dos níveis e dos ritmos de crescimento económico estimados para Portugal com os de outros países, para o mesmo período.

O presente artigo centrar-se-á na primeira das três perspectivas, esboçando-se ainda uma primeira tentativa de testar a verosimilhança dos resultados obtidos, de acordo com a segunda perspectiva.

1. AS PRIMEIRAS ESTIMATIVAS DO PRODUTO NACIONAL DURANTE O SÉCULO XIX

Um dos primeiros problemas que se colocam ao historiador que pretenda estimar o valor de um agregado de contabilidade nacional para eco-

* Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

nomias pré ou proto-estatísticas é o de saber até que ponto lhe é legítimo aplicar uma noção adequada a economias integradas à escala nacional e a sistemas de registo contabilístico modernos. O risco de anacronismo, nestes casos, é evidente.

Porém, no caso português, são conhecidas estimativas do produto, da despesa ou da renda nacionais, desde, pelo menos, a primeira metade do século XIX. Uma das primeiras é da responsabilidade de M. M. Franzini, exposta em *Considerações acerca da Renda Total da Nação Portuguesa e Sua Distribuição por Classes com Algumas Reflexões sobre o Imposto da Décima*. Neste estudo, o autor recorre a diferentes ordens de grandeza e a alguns coeficientes considerados adequados, para concluir que o valor da renda total da Nação não poderá ser inferior a 200 milhões de cruzados, ou seja, 80 000 contos¹.

Durante a década de 70, a publicação mais ou menos regular de informação sobre os diferentes agregados macroeconómicos vai permitir a elaboração de outras estimativas, quer sectoriais quer globais: casos de Rebelo da Silva, Ferreira Lapa e Delfim de Almeida, entre os portugueses, e de M. G. Mulhall, entre os estrangeiros².

Não obstante a maior facilidade de acesso à informação estatística, nem por isso as estimativas realizadas demonstravam maior qualidade. Como exemplo, o facto de, para épocas relativamente próximas, os valores estimados para o rendimento nacional português variarem entre 144,5 milhares de contos propostos por M. G. Mulhall e os cerca de 244 000 contos defendidos por Delfim de Almeida. A razão das disparidades decorria, em grande parte, da pouca credibilidade das estatísticas de base — o que conduzia a interpretações diferentes dos dados —, da falta de uniformidade dos conceitos e das técnicas de contabilização e mesmo de alguns erros dos autores.

Porém, a maior parte destes autores mais não pretendia que obter uma ordem de grandeza aceitável. Por outro lado, não existia precisão cronológica nesses cálculos, na medida em que era extremamente difícil congregar os dados indispensáveis referentes a uma mesma data, tornando-se as estimativas referenciais para um período mais ou menos lato.

Não obstante a fraca qualidade das estimativas, nota-se nos escritos destes autores uma preocupação em definir e avaliar um agregado nacional que traduzisse a renda ou o produto bruto totais, facto que reduz sensivelmente o aludido risco de anacronismo.

Resta, entretanto, saber se é legítimo estimar um agregado dito «nacional» para uma economia cujo nível de integração está aquém do que se entende ser próprio de uma economia nacional. Este requisito metodológico não estará, para a segunda metade do século XIX, devidamente satisfeito³. Porém, não cremos que esta pecha tenha efeitos distorçores superiores aos impostos pela própria qualidade das fontes e pelo carácter rudimentar das técnicas de agregação.

¹ Lisboa, separata da *Revista Universal Lisbonense*, 1843, p. 5.

² L. A. Rebelo da Silva, *Compendio de Economia Rural*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868. J. I. Ferreira Lapa, *Relatório da Missão Agrícola na Província do Minho, Desempenhada pelo Commissario do Governo [...] no Anno de 1870, desde 15 de Agosto a 15 de Setembro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871. Delfim de Almeida, *Os Impostos em Portugal*, Porto, Typ. Central, 1874. Michael G. Mulhall, *The Progress of the World*, Londres, 1880.

³ David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal 1810-1913*, Lisboa, Ed. Vega, 1987 (no prelo).

Parece-nos ser mais considerável o facto de, ao compararmos duas estimativas para períodos diferentes da segunda metade do século XIX em Portugal, não podermos esquecer as profundas transformações operadas na estrutura global, casos de:

- Impacte de algumas inovações na estrutura do mercado, de que poderemos citar como exemplo o caminho-de-ferro, o sistema métrico decimal e os novos quadros jurídico e tributário;
- Alteração das condições de produção de determinados bens, tal como do seu peso no produto total;
- Um crescimento mais acentuado da economia de mercado relativamente ao autoconsumo;
- Um crescente peso do sector público na economia.

Alguns destes problemas metodológicos afectam e dificultam a obtenção de um elevado grau de fidedignidade das estimativas, mas, em nossa opinião, não são impeditivos de se realizarem. Não poderão, contudo, ser esquecidos, nomeadamente na interpretação dos resultados.

2. OS ESTUDOS RECENTES DE CONTABILIDADE NACIONAL RETROSPECTIVA

A quantificação, sempre que possível e aconselhável, dos fenómenos observados é uma preocupação que, radicando no aparecimento de uma história económica enquanto disciplina com um estatuto científico próprio, tem vindo a desenvolver-se e a provocar avanços significativos na historiografia europeia e mundial. Particularmente, os métodos de contabilidade nacional retrospectiva têm-se revelado um instrumento que, não obstante as limitações metodológicas, permitiu desenvolver a perspectiva comparativista da história económica e social, bem como esclarecer aspectos fundamentais dos processos de crescimento e desenvolvimento económicos contemporâneos.

Esta preocupação com a quantificação parte de um princípio elementar que se traduz na preferência dada a uma estimativa, a uma ordem de grandeza ou a um referencial quantificado, sobre visões mais ou menos impressionistas explícitas em expressões como «cresceu muito», «progresso assinalável», «desenvolvimento espectacular» ou «atraso abissal». Há que saber quanto é «muito», «assinalável», «espectacular» e «abissal», de modo a podermos comparar com fenómenos semelhantes ocorridos em outros países ou em outros períodos, mesmo que essas medidas se mostrem grosseiras. Importa que elas se mostrem plausíveis!

No caso português, as primeiras estimativas do produto nacional bruto — utilizado correntemente para aferir «das realizações da economia considerada como um todo»⁴ — devem-se ao assinalável esforço de investigação desenvolvido por Paul Bairoch para os diferentes países europeus⁵.

⁴ Paul Samuelson, *Economia* (trad. port. da 1.ª ed., de 1973), Lisboa, 3.ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, s. d., p. 279.

⁵ A metodologia adoptada, bem como os resultados, estão concentrados em três artigos e um livro: *Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIXe siècle*, Paris-Haia, Mouton, 1976; «Niveaux de développement économique de 1810 à 1910», in *AESC*, n.º 6, Novembro-Dezembro de 1965, pp. 1091-1118; «Europe's Gross National Pro-

Porém, os resultados obtidos não foram suficientemente satisfatórios, nomeadamente para o próprio autor, o que o levou a apresentá-los, ressaltando a elevada margem de erro relativamente às estimativas feitas para outros países e para os mesmos períodos.

O quadro n.º 1 revela-nos as estimativas realizadas por Paul Bairoch.

Estimativas do PNB e do PNB per capita em Portugal, 1830-1913, segundo P. Bairoch

[QUADRO N.º 1]

Anos	A	B	Anos	A	B
1830	860	250	1880	1270	270
1840	945	255	1890	1360	270
1850	985	260	1900	1550	287
1860	1100	275	1910	1710	290
1870	1175	270	1913	1800	292

A, volume do total do produto nacional bruto a preços de mercado (milhões de dólares dos EUA, de 1960; médias trienais centradas, excepto para 1913).

B, volume do produto nacional bruto por habitante (dólares dos EUA, de 1960; médias trienais centradas, excepto para 1913).

Além da escassa fiabilidade das estimativas, acresce o facto de o autor não ter esclarecido em qualquer dos artigos citados quais as fontes e o método utilizados. Deduz-se dos seus textos que, depois de estimar o nível de PNB para o triénio centrado em 1900, com base em 12 indicadores indirectos do nível de desenvolvimento, o autor recorreu a outros indicadores seriados de modo a construir uma sucessão de valores decenais. Porém, não os especifica.

Uma das hipóteses possíveis é a do recurso a uma série de salários, aplicando então a metodologia enunciada no artigo «Estimations du Revenu National [...]». Essa metodologia, segundo o autor, permite, a partir de uma série de salários médios, tomada como variável de aproximação, que se obtenham valores do:

Rendimento (ou produto) nacional bruto, em valores correntes expressos na unidade de conta da época e do país em causa;

Rendimento (ou produto) real ou produto nacional bruto por habitante expresso em dólares dos Estados Unidos da América de 1960.

A variável de aproximação deverá corresponder ao salário médio diário de um operário não qualificado com as seguintes características:

Deverá tratar-se da remuneração total, incluindo o valor monetário das prestações em géneros;

Deverá tratar-se de um trabalhador masculino e adulto, que possa realizar o trabalho sem formação prévia;

Deverá tratar-se de um trabalhador de um sector não marginal e que não implique um desgaste físico excepcional, como é o caso, por exemplo, dos cabouqueiros e de outros trabalhadores de aterros;

duct 1800-1975», in *Journal of European Economic History*, vol. 5, n.º 2, 1976, pp. 273-340; «Estimations du Revenu National dans les sociétés occidentales pré-industrielles et au dix-neuvième siècle— Propositions d'approches indirectes», in *Revue Économique*, n.º 2, 1977, pp. 177-208.

Deverá tratar-se de ganhos efectivos, de preferência a tarifas salariais; Deverá tratar-se de salários urbanos, o que não exclui o recurso a salários rurais, desde que corrigidos em função das diferenças correntemente existentes entre aqueles dois tipos de remuneração;

Por fim, mas não menos importante, deverá tratar-se de um salário médio, isto é, representativo da média da entidade económica considerada. Este requisito implica que se tenha em consideração o facto de os salários serem geralmente mais elevados nas capitais ou em outras grandes cidades⁶.

Com base nestes valores, P. Bairoch propõe o coeficiente 196 para o cálculo do PNB/hab. a preços de mercado, expresso na unidade de conta do país em causa, e a aplicação da fórmula $Y = 22,3 + 145x$, em que Y corresponde ao PNB/hab. expresso em dólares americanos de 1960 e x ao valor do salário médio diário expresso em quilogramas de cereal, para o cálculo do PNB/hab. a preços constantes expressos em dólares dos EUA de 1960⁷.

O coeficiente 196 é um coeficiente médio obtido a partir da análise de cinco séries nacionais (Alemanha, França, Grã-Bretanha, Noruega e Suécia) em que se confrontaram séries de salários médios e estimativas consideradas fiáveis. Porém, a razão entre aquelas duas variáveis, nos diferentes casos estudados, atingiu o valor máximo de 230 (Grã-Bretanha, para o bié-

Estimativas do PNB total e por habitante, baseadas nos métodos preconizados por P. Bairoch (médias quinquenais centradas)

[QUADRO N.º 2]

Anos	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
1850	229,93	124,97	177,45	34 780	3 815	133	37,53	4,728	250	260
1855	250,35	151,82	201,09	39 414	3 638	143	53,09	3,788	230	
1860	297,52	173,50	235,51	46 160	3 861	178	49,92	4,718	250	275
1865	312,41	185,70	249,06	48 816	4 315	211	52,48	4,746	251	
1870	297,95	150,63	224,29	43 961	4 459	196	49,37	4,543	246	270
1875	372,42	197,70	285,06	55 872	4 608	258	48,11	5,925	277	
1880	379,06	204,80	291,93	57 218	4 764	273	49,03	5,954	278	270
1885	363,80	277,20	320,50	62 818	4 931	310	41,45	7,732	317	
1890	359,33	264,56	311,95	61 142	5 103	312	43,83	7,117	304	270
1895	352,19	239,24	295,72	57 961	5 272	306	45,35	6,521	290	

I, salário médio diário de um pedreiro na cidade do Porto (Carlos Pimenta, *Salários e Preços no Século XIX em Portugal — Análise Económica*, Coimbra, separata do *Boletim de Ciências Económicas*, vol. xxvi, 1983 pp. 65-68) — valores em réis.

II, salário médio diário dos trabalhadores de enxada contratados pela Câmara Municipal de Leiria para construção e reparação de caminhos e outras obras públicas (Joaquim de Oliveira da Silva Bernardes, *Leiria no Século XIX — Aspectos Económicos*, Leiria, edição da Assembleia Distrital, 1981, p. 56) — valores em réis.

III, média de I e II — valores em réis.

IV, produto nacional bruto por habitante, preços correntes ($IV = III \times 196$) — valores em réis.

V, estimativas da população do continente e ilhas, com base nos valores dos recenseamentos, considerando constantes as taxas de crescimento demográfico intercensos — valores em milhares de habitantes.

VI, estimativas do produto nacional bruto a preços de mercado ($IV \times V$) — valores em milhares de contos de réis.

VII, preço médio de 1 kg de cereal (2 partes de milho e 1 de trigo) na cidade do Porto — valores em réis.

VIII, salário médio expresso em quilogramas de cereal (III/VII).

IX, estimativa do produto nacional bruto por habitante, em dólares dos EUA de 1960.

X, estimativa apresentada por Paul Bairoch para o produto nacional bruto, por habitante, em dólares dos EUA de 1960.

⁶ «Estimations [...]», in *op. cit.*, pp. 186-188.

⁷ *Ibid.*, p. 196. Esta fórmula é proposta para as economias tradicionais com valores inferiores a 500 dólares por habitante, portanto a mais adequada ao caso português da segunda metade do século XIX. Quanto ao valor expresso em quantidade de cereais, Bairoch propõe o trigo ou uma média ponderada dos diferentes cereais consumidos.

nio de 1913-14) e mínimo de 169 (Noruega, 1880)⁸. Este facto poderá significar que o valor do coeficiente não será independente do nível de rendimento médio *per capita* de cada país, bem como das respectivas formas de repartição funcional do rendimento nacional.

Os dados apresentados não permitem estabelecer uma relação estreita e estatisticamente fundamentada que nos pudesse adequar um coeficiente ao caso português. Esperamos que futuros trabalhos possam superar esta dificuldade.

Ensaieiros, então, a aplicação dos métodos acima enunciados ao caso português. Recorremos para o efeito a algumas fontes publicadas que abaixo caracterizaremos.

A opção pela média dos salários pagos no Porto e em Leiria, como variável de aproximação, justifica-se pelo facto de não se poder considerar a cidade do Porto uma cidade média no quadro português, bem como por não se poder considerar claramente indiferenciada a categoria profissional de «pedreiro». Preferimos, assim, introduzir o valor dos salários de uma pequena cidade, situada mais ao sul, e correspondente a uma categoria profissional com uma actividade mais de acordo com os requisitos colocados por P. Bairoch.

Os efeitos que esta opção pela média dos salários na cidade do Porto e na de Leiria — a que corresponde uma média de duas categorias profissionais — poderá provocar na configuração das séries de valores do PNB e do PNB/hab. não serão de todo em todo relevantes pelo facto de as duas séries de salários não apresentarem um comportamento muito diferente em termos de longo prazo.

No entanto, o mesmo não se poderá concluir quanto ao nível de rendimento estimado.

Para o ano de 1885 sabemos que o salário médio nacional de um pedreiro nas obras públicas foi de 438,67 réis e o de um trabalhador de 273,76 réis⁹. A média das duas categorias foi de 356,22, o que representa uma diferença de 11% relativamente ao valor por nós obtido para a mesma época: 320,5. Esta diferença implica uma subvalorização do PNB/hab. corrente, expresso em réis (col. IV) na mesma proporção, e do PNB/hab. a preços constantes, expresso em dólares dos EUA de 1960, de 6% (col. IX). Para o quinquénio centrado em 1895, a média anual do PNB/hab. a preços correntes, expresso em réis, foi, de acordo com as nossas estimativas, de 57961. Ora, de acordo com os valores estimados por Eugénia Mata¹⁰, aquela média anual seria de 61 200 réis, o que representa uma diferença percentual de cerca de 6%.

Não se podem considerar aquelas diferenças muito significativas, facto que não nos impede de admitir uma subvalorização das nossas estimativas, que não irá muito além dos 10% para a primeira (col. IV) e de cerca de 6% para a segunda (col. IX).

Do confronto dos nossos resultados com os apresentados por P. Bairoch poderemos concluir que os valores correspondentes ao terceiro quartel do século se mostram claramente inferiores aos apresentados por aquele autor, se equiparam por volta de 1880 e voltam a divergir, agora para

⁸ «Estimations [...]», p. 190.

⁹ *Anuario Estadístico de Portugal — 1885*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887, pp. 414-419.

¹⁰ Maria Eugénia Mata, *Câmbios e Política Cambial na Economia Portuguesa, 1891-1931*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1987, pp. 41-42.

mais, na média centrada em 1890. Atendendo à possível subvalorização das nossas estimativas, poderemos concluir que, até 1870, os resultados estarão muito próximos, divergindo claramente a partir de então.

A evolução daquele indicador sugere ainda um tipo de crescimento bem diferente do verificado na maior parte dos países que conheceram, na época, níveis de desenvolvimento dos mais avançados. Trata-se de um crescimento algo irregular, de recuos e avanços, bem diferente do que se entende por crescimento económico sustentado. Assim, com as quebras mais ou menos pronunciadas de 1855, 1870, 1890 e 1895 intercalam-se fases de expansão, casos de 1875 e 1885, sugerindo esta sucessão uma estrutura económica extremamente débil.

O conhecimento que temos da história da economia portuguesa, durante o período em análise, confirma, de certo modo, o sentido daquelas variações¹¹. Porém, fica por explicar a medida da sua amplitude, atendendo a que a escassez dos dados não permite confirmar quantitativamente se, por exemplo, o crescimento do PNB/hab. terá atingido os 2,4% ao ano entre 1870 e 1875, tal como se deduz dos valores por nós estimados.

O problema residirá então na própria crítica do método adoptado, nomeadamente a partir do seu confronto com outros alternativos.

Uma das possíveis críticas ao método adoptado por P. Bairoch decorre do facto de utilizar uma única variável de aproximação para a construção das séries, mesmo admitindo que se trata de uma variável — o dito salário médio — com elevada correlação com as estimativas realizadas por métodos directos. O recurso a mais de uma variável poderia minimizar a influência das variações do salário médio operadas «à revelia» do PNB e, assim, aumentar o grau de fidedignidade das estimativas.

3. UM MÉTODO ALTERNATIVO PARA A CONTABILIDADE NACIONAL RETROSPECTIVA

Um dos métodos que permitem considerar mais de uma variável de aproximação na estimativa de um agregado de contabilidade nacional é o da análise das componentes principais, tendo os primeiros ensaios de aplicação à história económica portuguesa sido da iniciativa de Nuno Valério¹².

Em termos resumidos, poderemos dizer que o referido método parte da selecção de um conjunto de variáveis cujo comportamento esteja dependente de um factor comum, neste caso do rendimento (produto) nacional. São exemplos as importações, as receitas fiscais ou a oferta de moeda. Depois de seleccionadas as variáveis, a análise das componentes principais permite o cálculo de um vector característico identificável com a variável a estimar.

No ensaio de aplicação que realizámos partimos de uma matriz construída a partir da selecção de 6 variáveis (vectores-coluna) e 13 observações correspondentes aos índices (base 100 = média quinquenal centrada em

¹¹ David Justino, *op. cit.*, cap. 8.

¹² Nuno Valério, «O produto nacional de Portugal entre 1913 e 1947 — Uma primeira aproximação», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 11, Lisboa, Livraria Sá da Costa, ed. Janeiro-Junho de 1983, pp. 89-102.

1895) das médias quinquenais centradas dos valores verificados no período que vai de 1850 a 1910.

A matriz de partida apresenta-se no quadro n.º 3.

Índices das médias quinquenais centradas das variáveis de aproximação ao produto nacional bruto a preços correntes (100 = média quinquenal centrada em 1895)

[QUADRO N.º 3]

Anos	SLM	RCF	DEE	IMP	EXP	POP
1850	(56)	(21)	(24)	(29)	30	72
1855	64	22	28	(46)	51	69
1860	75	25	36	(64)	(52)	73
1865	85	26	45	(65)	(61)	82
1870	78	40	47	65	72	85
1875	87	53	63	80	84	87
1880	91	58	67	84	79	90
1885	96	70	78	88	90	94
1890	97	80	100	100	90	97
1895	100	100	100	100	100	100
1900	130	112	108	141	116	103
1905	131	120	121	156	118	108
1910	132	126	140	178	128	113

Nota — Os valores entre parênteses respeitam a médias de menos de cinco anos.

SLM, índice dos salários nominais [David Justino, «Contributos para um índice de salários em Portugal, 1850-1912» (artigo em vias de publicação), 1987].

RCF, índice das receitas fiscais, deduzidas as provenientes dos direitos de importação [cálculos nossos a partir dos dados publicados por Maria Eugénia de Almeida Mata, *As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial* (tese de doutoramento em Economia, não publicada), Lisboa, 1985, p. 71].

DEE, índice das despesas efectivas do Estado, corrigidas dos juros dos títulos de dívida na posse da Fazenda Pública (Maria Eugénia de Almeida Mata, *op. cit.*, p. 115).

IMP, índice das importações portuguesas em valor (id., *ibid.*, p. 92).

EXP, índice das exportações portuguesas em valor (Pedro Lains, «Exportações portuguesas, 1850-1913: a tese da dependência revisitada», in *Análise Social*, Lisboa, n.º 91, 1986, p. 413).

POP, índice dos quantitativos da população do continente e Ilhas (ver notas ao quadro n.º 2, col. v).

Da aplicação do método das componentes principais obtêm-se os seguintes resultados:

Matriz das correlações entre as variáveis

	SLM	RCF	DEE	IMP	EXP	POP
SLM	1,000	0,949	0,949	0,981	0,964	0,948
RCF		1,000	0,983	0,951	0,963	0,971
DEE			1,000	0,962	0,966	0,983
IMP				1,000	0,957	-0,943
EXP					1,000	0,970
POP						1,000

Componentes e respectivos valores próprios

1	2	3	4	5	6
5,814	0,091	0,042	0,026	0,021	0,006

Apresentamos de seguida os índices da primeira componente principal que corresponderá ao índice do produto nacional bruto a preços de mercado, bem como os índices dos quantitativos populacionais e dos preços que nos permitirão calcular os índices do PNB a preços constantes e os do PNB/hab., igualmente a preços constantes.

Estimativas do PNB, utilizando o método das componentes principais

[QUADRO N.º 4]

Anos	PNBpm	População	Preços	PNBpc	PNBpc/hab.
1850	32,63	72	59	55,31	76,82
1855	40,31	69	87	46,33	67,15
1860	48,64	73	90	54,05	74,03
1865	57,98	82	92	63,02	76,86
1870	62,08	85	86	72,19	84,93
1875	73,57	87	90	81,74	93,95
1880	76,58	90	94	81,47	90,52
1885	85,43	94	86	99,34	105,68
1890	93,23	97	90	103,59	106,80
1895	100,00	100	100	100,00	100,00
1900	119,51	103	107	111,69	108,44
1905	127,25	108	103	123,54	114,39
1910	138,07	113	109	126,67	112,10

Nota — O índice de preços é um índice agregativo ponderado de 21 bens de consumo com representatividade nacional [David Justino, «Um índice geral de preços por grosso em Portugal, 1850-1912» (artigo em vias de publicação), 1987].

Poderemos agora confrontar os resultados dos diferentes métodos utilizados com os obtidos por Paul Bairoch. Para o efeito calculámos as taxas de crescimento anual médio do PNB/hab. real para as três séries, a saber:

- I — Estimativas de P. Bairoch;
- II — Estimativas por nós realizadas seguindo o método de P. Bairoch e apresentadas no quadro n.º 2 (col. IX);
- III — Estimativas por nós realizadas seguindo o método ensaiado por Nuno Valério e apresentadas no quadro n.º 4.

Taxas de crescimento anual médio (medidas sobre as rectas de regressão) do PNB/hab. real

[QUADRO N.º 5]

Períodos	I	II	III
1850-1870	0,2	0,1	0,7
1870-1890	0,0	1,1	1,1
1890-1910	0,3	—	0,5
1850-1890	0,06	0,70	1,13
1870-1910	0,20	—	0,66
1850-1910	0,14	—	0,86

De uma maneira geral, as duas estimativas que realizámos em alternativa aos resultados apresentados por P. Bairoch apontam para taxas de crescimento da economia portuguesa, no período considerado, bem superiores, dissipando-se, de certa forma, o quadro de estagnação que aqueles valores sugeriam.

N. F. R. Crafts¹³, corrigindo em vários aspectos o método e os resultados apresentados por P. Bairoch, chegou a uma conclusão idêntica, não

¹³ N. F. R. Crafts, «Gross National Product in Europe 1870-1910: Some New Estimates», in *Explorations in Economic History*, n.º 20, 1983, pp. 387-401. Em próximo artigo, onde se possam apresentar outros desenvolvimentos teóricos e metodológicos dos problemas

só para o caso português, mas igualmente para a Grécia e para a Espanha, que o levou a sugerir uma reavaliação da tese do lentíssimo crescimento dos países mediterrânicos¹⁴.

As nossas estimativas, nomeadamente a baseada no método das componentes principais, que se nos afigura mais sólido, por muito grosseiras que se apresentem ainda, apontam para um ritmo de crescimento médio de 0,66% ao ano, no período compreendido entre 1870 e 1910, mais próximo, portanto, dos valores calculados por Crafts para Espanha (0,86) e para a Grécia (0,96)¹⁵, ainda que se revele o mais lento dos três.

Ficará para um artigo futuro a discussão em torno do nível do produto nacional. Porém, para que possamos avaliar o peso relativo das principais variáveis macroeconómicas no PNB, será necessário que assentemos numa ordem de grandeza verosímil daquele agregado.

Para o quinquénio centrado em 1895 obtivemos com a nossa primeira estimativa um valor do PNB a preços correntes de mercado de 306 000 contos. Tivemos oportunidade de considerar uma mais que provável subavaliação, atendendo às variáveis de aproximação utilizadas, o que nos levaria a um nível um pouco além do valor estimado por Maria Eugénia Mata, ou seja, 320 000 contos.

Admitindo como razoável este último valor, a evolução daquele agregado, bem como das principais variáveis macroeconómicas, em termos absolutos e relativos, passará a ser dada pelos valores expostos no quadro n.º 6.

Como se poderá verificar, ao longo do período considerado detecta-se um crescimento acentuado do peso das despesas efectivas do Estado e das importações, um crescimento muito lento das receitas fiscais totais, não

**Produto nacional bruto a preços correntes de mercado (valores absolutos)
e principais variáveis macroeconómicas (valores absolutos e relativos).
Médias quinquenais centradas (milhares de contos e percentagens)**

[QUADRO N.º 6]

Anos	PNBpm — Milhares de contos	Receitas fiscais		Despesas efectivas do Estado		Importações		Exportações	
		Milhares de contos	Percentagem	Milhares de contos	Percentagem	Milhares de contos	Percentagem	Milhares de contos	Percentagem
1850	104	9,8	9,4	12,1	11,6	(11,4)	11,0	7,7	7,4
1855	129	9,9	7,7	14,1	10,9	(17,7)	13,7	13,0	10,1
1860	156	11,6	7,4	18,2	11,7	(24,7)	15,8	(13,3)	9,5
1865	186	14,2	7,6	22,6	12,2	(25,3)	13,6	(15,6)	8,4
1870	199	15,8	8,5	24,0	12,9	25,1	13,5	18,4	9,9
1875	235	21,4	9,1	31,8	13,5	30,9	13,2	21,5	9,2
1880	245	23,6	9,6	33,7	13,8	32,6	13,3	20,2	8,3
1885	273	28,7	10,5	39,5	14,5	34,2	12,5	23,0	8,4
1890	298	34,2	11,5	50,6	17,0	38,9	13,1	23,0	7,7
1895	320	41,3	12,9	50,7	15,8	38,8	12,1	25,6	9,0
1900	382	44,3	11,6	54,8	14,4	54,5	14,3	29,6	7,8
1905	407	48,7	12,0	61,4	15,1	60,7	14,9	30,2	7,4
1910	442	50,1	11,3	70,8	16,0	68,9	15,6	32,7	7,4

de contabilidade nacional retrospectiva portuguesa, tentaremos integrar o contributo deste autor, nomeadamente na perspectiva de comparação dos níveis e dos ritmos de crescimento económico português com os de outros países europeus.

¹⁴ N. F. R. Crafts, «Gross National [...]», in *op. cit.*, p. 395.

¹⁵ *Id.*, *ibid.*, mesma página.

obstante incluírem as receitas provenientes dos direitos aduaneiros, e um decréscimo do peso relativo das exportações no PNB.

Se o crescimento acentuado das duas primeiras variáveis não constitui grande surpresa, dispensando qualquer comentário, o fraco crescimento das receitas fiscais vem confirmar os conhecidos problemas do Estado em obter receitas que não sejam as provenientes das alfândegas. Atendendo a que o crescimento das receitas totais se deve, em grande parte, ao crescimento das importações e dos respectivos direitos, será possível admitir um relativo desagravamento fiscal ao nível interno.

No que diz respeito às exportações, poderemos dizer que elas apresentam um crescimento inferior ao do PNB, não se podendo atribuir, portanto, um papel dinamizador da economia, nomeadamente em termos de longo prazo. O seu peso no PNB é, em comparação com os chamados pequenos países de economia complementar das dos países industrializados do centro, mais reduzido e menos dinâmico.

4. ALGUNS COMENTÁRIOS FINAIS

Além da discussão e do ensaio de diferentes métodos para estimar os agregados de contabilidade nacional, este artigo teve como objectivo central chamar a atenção dos historiadores da economia portuguesa para a necessidade de se avançar na quantificação dos indicadores de crescimento.

As estimativas agora publicadas necessitam de ser melhoradas, confrontadas com outras que se baseiem em métodos mais apurados, mas, acima de tudo, precisam de ser discutidas, sujeitas a uma crítica que faça intervir outros dados quantitativos e qualitativos, chegando-se mesmo à construção de modelos que melhor possam explicar as características do crescimento e do desenvolvimento económicos em Portugal.

Estamos a dar ainda os primeiros passos nesta área historiográfica. Não serão, pois, de admirar as tibiezas da caminhada, feita de recuos e avanços, esperando sempre que estes sejam mais largos do que aqueles.

Por uma questão de honestidade científica, é bom que se esclareça que num período de dois anos tive oportunidade de elaborar quatro estimativas dos mesmos agregados macroeconómicos, todas elas diferentes. Mas é igualmente necessário que manifeste a minha certeza de que cada uma que elaborei significou um avanço qualitativo sobre a anterior. É esta a base de trabalho que vos proponho para o futuro.